



## OS ANOS DE CHUMBO EM GRAVATAÍ: UMA DISCUSSÃO INICIAL EM TORNO DA ANÁLISE DA SOCIEDADE GRAVATAIENSE DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

Rafael Linck Moehlecke<sup>1</sup>

### Resumo

1964 nos remete a um momento crucial da História do Brasil. Um golpe de Estado posto em prática em março daquele ano, proporcionou imensas transformações no cenário Brasileiro. Neste sentido, é impensável desvincular Gravataí deste contexto de redefinição do Estado nacional. Na medida em que me inseria no projeto Raízes de Gravataí como pesquisador, me envolvendo nas discussões acerca daquilo que queríamos para as pesquisas, ficou evidente, para o grupo, a existência de uma lacuna a ser explorada na História do município entre 1964 e 1985, onde Gravataí, supostamente, teria passado incólume pelos processos percebidos nacionalmente. O presente trabalho se propõe a rediscutir o período que compreende os anos de 1964 a 1985 na cidade de Gravataí, iniciando um debate sobre a sociedade gravataiense durante a ditadura civil-militar brasileira na intenção de compreender como o golpe de 1964 e, posteriormente, a ditadura que se instaurou no Brasil influenciaram o contexto sócio-político da cidade.

**Palavras-chave:** Gravataí. Sociedade. Ditadura Civil-Militar.

O ano de 1964 nos remete a um momento que determinou profundamente a história de nosso país e da sociedade brasileira como um todo. Um golpe de Estado, articulado por civis e militares e posto em prática em março daquele ano, proporcionou imensas transformações no cenário político, econômico e cultural do Brasil. Neste sentido, é praticamente impensável desvincular Gravataí deste contexto de redefinição do Estado nacional. É justamente neste ponto que se justifica não só a escolha do tema, mas também todo o esforço para que tal pesquisa venha a se tornar mais um instrumento de elucidação em relação a um passado sombrio e ainda obscuro da história de nossa cidade.

Na medida em que me inseria, como pesquisador na equipe do projeto *Raízes de Gravataí* e me envolvia nas discussões acerca daquilo que queríamos para as pesquisas, ficou evidente, para o grupo, a existência de uma lacuna a ser explorada na História da cidade entre 1964 e 1985, onde Gravataí, supostamente, teria passado incólume pelos processos percebidos a nível nacional. A memória que se defende ou se percebe, especialmente entre setores tradicionais da comunidade, é justamente de uma cidade

<sup>1</sup> Acadêmico do VIII semestre de Licenciatura Plena em História da Faculdade Porto Alegre (FAPA) e estagiário do Projeto Raízes de Gravataí. Artigo desenvolvido a partir de pesquisas e entrevistas realizadas no Projeto Raízes de Gravataí, sob orientação da professora Vera Barroso na disciplina de Prática VII, entre Setembro de 2009 e Março de 2010. [rafaellinck@gmail.com](mailto:rafaellinck@gmail.com).

harmoniosa e sem tensões sociais, revelando uma espécie de “invisibilidade” do que realmente aconteceu na Gravataí das décadas de 60, 70 e 80. Ignora-se as manifestações contra o regime, as difamações de cidadãos gravataienses taxados pejorativamente de comunistas, o movimento estudantil que era perseguido nas escolas, a atuação dos trabalhadores aqui na cidade contra o “status quo” da sociedade, etc. Diversos episódios que evidenciam resistência e ideias alternativas em Gravataí àquilo que se pregava a nível nacional e que tensões sociais estavam *sim* presentes, desmistificando a tese de uma cidade pacata, alicerçada na harmonia e comprovando que a história gravataiense, no recorte temporal em que este artigo se delimita, não permaneceu imóvel ou estagnada, sendo, portanto, um campo de estudo ainda em aberto para pesquisadores que venham a se interessar pelo assunto e por tal contexto.

O presente artigo se propõe a discutir o período que compreende os anos de 1964 a 1985 na cidade de Gravataí, iniciando um debate sobre a sociedade gravataiense durante a ditadura civil-militar brasileira. Assim, minha análise busca explorar a realidade gravataiense durante os anos de chumbo na intenção de compreender como o golpe civil-militar e, posteriormente, a ditadura que se instaurou no Brasil influenciaram o contexto sócio-político da cidade de Gravataí. Para tanto, algumas perguntas nortearam a pesquisa: O que o golpe de 1964 representou para a sociedade gravataiense? Como se posicionou a sociedade perante o que acontecia nacionalmente no país? Houve resistência ao golpe e à ditadura na cidade e qual foi o papel dos movimentos sociais neste processo? Tais perguntas foram a “força motriz” para o desenvolvimento da pesquisa sistematizada neste artigo que, metodologicamente, além de se basear em pesquisas bibliográficas a partir de publicações sobre o assunto e artigos e editoriais do periódico local “*O Gravataiense*”<sup>2</sup>, também se valeu, essencialmente, da técnica de História Oral, registrando através de entrevistas, as memórias daqueles que participaram, vivenciaram e que se dispuseram a fornecer depoimentos significativos acerca do objeto de estudo. Neste sentido, resalto que o processo de seleção dos entrevistados nesta pesquisa se distancia, portanto, da ideia estatística, de amostragem, buscando colocar os entrevistados como unidades qualitativas, levando em consideração sua relação com o tema em estudo e seu papel estratégico em tal processo histórico.

Estruturalmente, o artigo divide-se em dois momentos: Primeiramente busca fazer uma breve análise do contexto nacional com o intuito de esclarecer as mudanças sócio-políticas que o Brasil passa a sofrer com o golpe em 1964 e o advento da ditadura civil-militar para, em seguida, relacionar tal conjuntura com o processo que passa a ocorrer na cidade de

---

<sup>2</sup> Sobre a coleção do periódico “*O Gravataiense*” utilizada neste artigo, a pesquisa se baseou essencialmente no acervo do Arquivo Histórico Municipal Antônio Soares da Fonseca, em Gravataí.

Gravataí, permitindo, deste modo, fomentar uma discussão inicial acerca da sociedade gravataiense durante os anos de chumbo.

### **O Contexto Nacional: Ebulição Social, Golpe e Ditadura**

1964: Em abril, concretizava-se o golpe de Estado que interrompeu o governo do então presidente João Goulart e iniciava-se, no Brasil, um regime militar baseado em uma doutrina de guerra estrangeira idealizada pelos EUA e assimilada rapidamente pelas forças armadas brasileiras - a chamada Doutrina de Segurança Nacional<sup>3</sup>. Até então, vivíamos um regime constitucional, onde, claro, havia a manipulação político-partidária, mas que, ainda assim, permitia mobilização popular e possibilitava reivindicações democráticas. Se focarmos o contexto pré-golpe, a partir de 1961, é possível constatar a forte mobilização popular do período, com um crescente movimento das massas exigindo a implantação de reformas estruturais. As chamadas reformas de base faziam tremer as classes mais conservadoras da sociedade brasileira:

A instabilidade política, inaugurada com a renúncia de Janio Quadros, trouxe os trabalhadores para questões mais diretamente políticas, enquanto as crises de abastecimento do setor popular estimulavam os movimentos reivindicatórios. (MENDONÇA; FONTES, 1988, p. 18)

O problema, para as elites conservadoras do período, era justamente o caráter nacionalista e progressista destas reivindicações sociais. Barros (1998) salienta que tais mudanças “ameaçavam a perda de parte de alguns lucros mais fabulosos e explicitavam a possibilidade de alargamento dos direitos de cidadania restritos a uma pequena parte da população”. Os movimentos populares intensificaram sua participação na política nacional e os partidos políticos tradicionais como PSD, a UDN, o PTB e os pequenos partidos já não conseguiam abrigar tantas e contraditórias tendências e ideais. A luta já não se restringia apenas à esfera político-institucional, as disputas agora envolviam diferentes setores da sociedade: trabalhadores urbanos e rurais, soldados, estudantes, professores, empresários, militares, representantes da igreja, etc. Em contraponto a estas manifestações populares, a elite conservadora se organizava no sentido de neutralizar tais movimentos. Patriotismo, anticomunismo e defesa da democracia eram os ideais defendidos por militares e civis adeptos à Ideologia de Segurança Nacional, articulada dentro de diversas organizações como a Escola Superior de Guerra (ESG), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que defendiam que um golpe era a única maneira de salvar o país da derrocada final, da “Revolução Comunista”.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Sobre a Doutrina de Segurança Nacional e seus reflexos na sociedade brasileira ver COMBLIN, Joseph. *A Ideologia de Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

<sup>4</sup> Para maiores detalhes sobre o combate ao comunismo no período ver a obra de RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

O contexto nacional pré-golpe evidenciava, portanto, uma imensa tensão na sociedade brasileira que chegaria ao seu clímax em duas manifestações populares ocorridas em março que aceleraria o processo golpista que se articulava nos bastidores do poder. Dia 13 de março de 1964, as forças esquerdistas realizaram o *Comício da Central do Brasil*, no Rio de Janeiro, reivindicando as reformas de base tendo contado, inclusive, com a presença do presidente João Goulart no evento prometendo reformas que não atendiam aos interesses da elite brasileira<sup>5</sup>. Os setores conservadores, que viram no comício a possibilidade de radicalização esquerdista no Brasil, não suportavam mais a ascensão das lideranças populares que, cada vez mais, se tornavam atuantes no país.

A agitação contra Goulart então recrudesciu. Conflitos irromperam em São Paulo e Belo Horizonte, provocados pelos grupos de direita. Enquanto partidos menores reclamavam o *impeachment* de Goulart, entidades financiadas pela CIA e pelo empresariado articularam a realização, nas principais cidades do país, das chamadas *Marchas da Família*, a fim de atizar a fúria anticomunista nas classes médias. (BANDEIRA, 1978, Pág. 166).

Mobilização que também exerceu papel importante e representava os ideais conservadores foi a chamada *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*. Essa manifestação se realizou no dia 19 de março de 1964, com o incentivo dos conspiradores militares. A marcha foi organizada por diversas organizações sociais, entre elas a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), a Liga da Mulher Democrata (LIMDE) e a União Cívica Feminina (ECF). Contavam ainda com amplo apoio de setores da Igreja Católica, do então governo do Estado de São Paulo, da FIESP e da Sociedade Rural Brasileira. Estas entidades, com o financiamento do IPES, participavam da campanha visando desestabilizar o governo de João Goulart e a adesão à marcha se deveu, sobretudo, ao desgaste ao qual o governo de Jango estava sendo submetido e à sua incapacidade de reverter a crise econômica em que o país estava envolvido. Na manifestação, os discursos da UDN e do PSD atacavam abertamente o governo Goulart e o comunismo soviético<sup>6</sup>.

Estas duas grandes manifestações indicavam também a polarização em que se encontrava a sociedade brasileira em 1964. As discussões giravam em torno de dois projetos opostos de desenvolvimento: um que era defendido pelo então governo democrático e parcialmente defendido pela esquerda brasileira que previa um capitalismo nacional, popular e progressista, e outro, defendido pela classe conservadora, empresários,

---

<sup>5</sup> Sobre o período pré-golpe e a situação na qual se desenvolvia a política no Brasil uma obra muito interessante é a de BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978. Pág. 163

<sup>6</sup> Sob este impacto do apelo religioso e da propaganda anticomunista ativada pela imprensa reacionária (prática comum na América latina em tempos de Guerra Fria), considerável parcela das classes médias, castigada pela inflação e pela crise política e econômica que avançava, derivou para a direita, para engrossar a luta anti-Governo. Assim, se rompe o equilíbrio de forças e o governo Jango passa cada vez mais a balançar.

monopólios estrangeiros e pelos militares, que previa a expansão capitalista a partir de um processo de internacionalização da economia.

Ao longo do período ditatorial que se instalaria, o Estado brasileiro ampliou seus mecanismos de controle e repressão sobre a sociedade e, gradativamente, assassinou a democracia que tanto defendia para justificar sua “revolução” e acabou, por consequência, eliminando a maioria dos focos de resistência ao seu poder. Persegue políticos não alinhados aos seus ideais numa verdadeira “operação limpeza”, extingue partidos políticos institucionalizando um bipartidarismo, persegue e imobiliza sindicatos, institui a censura prévia e, nos porões da ditadura, a tortura e assassinatos de presos políticos são práticas comuns deste Estado que, gradativamente, molda o desenvolvimento do país de acordo com seus próprios interesses. Surgem os atos institucionais, importantes ferramentas para a institucionalização do novo regime e do fortalecimento do poder militar perante a sociedade brasileira. No decorrer do regime, estes atos determinariam o fim das eleições diretas para presidente da república, o aumento dos poderes do presidente, a possibilidade de decretar estado de sítio, o poder de suspensão de direitos políticos dos inimigos do regime, a suspensão dos partidos políticos, suspensão da garantia de Habeas Corpus e tantas outras ações que justificavam e fundamentavam as ações do Estado autoritário brasileiro, legitimando também a intensificação da repressão e a construção de um estado terrorista, cujas práticas de violação dos direitos humanos foram sistemáticas e recorrentes.

A partir dos anos 1970, o discurso centrado na necessidade de combater a subversão sofre um total esvaziamento e perde seu potencial legitimador (PETERSEN, 2004, pag. 69). A partir do governo Médici, é evidente a necessidade de criar novos instrumentos legitimadores do regime e assim, nesta nova conjuntura, a idéia inicial da segurança nacional passa a se relacionar diretamente com a idéia de desenvolvimento. Institui-se a propaganda do “Brasil Potência”, no sentido de evidenciar o “milagre econômico” no qual o país se inseria. Alves (2005) demonstra que o governo brasileiro fazia largo uso da propaganda política, enfatizando justamente o crescimento econômico como uma nova ferramenta de legitimação do regime, buscando convencer os brasileiros da eficácia do governo militar, apesar do que acontecia nos porões da ditadura. Entre 1969 e 1973, a economia brasileira teve um desempenho muito favorável e o governo empenhava-se em propagandear que o Brasil encaminhava-se para o desenvolvimento e para ocupar o seu lugar como potência no plano mundial.

Ainda na década de 1970 o “milagre” começa a dar sinais de desgaste e a crise econômica começa a se tornar o fantasma que assombra o governo brasileiro. Em março de 1974, encerrou-se o mandato de Médici, substituído pelo General Ernesto Geisel que, ao assumir o poder, deparou-se com o profundo desgaste que o regime enfrentava. A dependência em relação ao capital estrangeiro era expressiva e a dívida externa crescia em

proporção alarmante. Além destes aspectos estritamente econômicos, tais diretrizes do regime também resultavam em elevados custos sociais, principalmente na questão do arrocho salarial que atingia vastos setores da população mais pobre do país. O “milagre brasileiro”, além de desgastar economicamente o país, acabara por gerar uma acentuada e desleal desigualdade na distribuição de renda. Assim, este esgotamento também contribuiria para a lenta abertura do regime que, oficialmente, foi iniciada no governo do General João Batista Figueiredo a partir de 1979, se estendendo até meados de 1985, período este que foi marcado pela retomada em larga escala dos movimentos sociais de contestação ao “status quo” da sociedade, destacando principalmente a luta pela anistia, pelas diretas já e o movimento de renovação sindical que começava a germinar no ABC paulista e tensionar o regime ditatorial e à sociedade como um todo.<sup>7</sup>

### **Gravataí: Sociedade e a Ditadura Civil Militar**

Assim como me referi anteriormente, este artigo surge a partir de minha inserção, como pesquisador, na equipe da Fundação de Arte e Cultura do projeto Raízes de Gravataí em Setembro de 2009. Na medida em que nos envolvíamos em debates sobre os objetivos da pesquisa ficou evidente, para o grupo, a existência de uma entre tantas lacunas a serem exploradas na História da cidade. A grande meta do nosso trabalho se configurou, então, em explorar tais lacunas e revelá-las tanto no evento Raízes de Gravataí, ocorrido em Abril de 2010, quanto na presente publicação.

Um destes tantos espaços a serem estudados e analisados era, justamente, o período que compreende os anos de 1964 a 1985, em Gravataí, no que diz respeito aos anos de ditadura civil-militar que ocorria a nível nacional. As lembranças, a memória que se percebe, especialmente entre os setores tradicionais da comunidade gravataiense, é de uma cidade sem tensões sociais, revelando – como fiz referência na introdução deste artigo – certa “invisibilidade” da movimentação social e política na Gravataí dos anos 60,70 e 80, palco de manifestações contra e a favor do regime, de um movimento estudantil atuante, do surgimento da mobilização sindical, da ascendência de novas lideranças políticas e etc.

Tais processos desmistificam a tese inicial de uma cidade pacata e harmônica, comprovando que a história gravataiense, no recorte temporal em que este artigo se delimita, não permaneceu imóvel ou estagnada e que, assim como acontecia no Brasil inteiro, a luta por uma sociedade diferente daquela que estava imposta pelos donos do capital também era visível na então Gravataí que se desenvolvia.

---

<sup>7</sup> Para uma análise aprofundada acerca do período militar, ver DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. São Paulo: Editora Vozes. E, ainda, ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Edusc, 2005.

Ainda é escassa a produção historiográfica específica sobre a temática no que se refere à cidade de Gravataí sendo, portanto, um campo de estudo ainda amplo, aberto e com muitas possibilidades de análises e considerações. Partindo deste pressuposto, o presente artigo se propõe a apresentar algumas considerações que surgiram de uma série de entrevistas que a equipe de pesquisadores do Projeto Raízes de Gravataí coletou desde 2009.

A primeira pessoa entrevistada foi o Sr. Rui Teixeira, ainda em 2009<sup>8</sup>. Em 1959, constituía o PTB em Gravataí, sendo o vereador mais votado naquela eleição. Posteriormente, foi vice-prefeito de Dorival de Oliveira em Gravataí na eleição em que venceram o então prefeito José Linck (PSD) em 1963. Em 1965 foi um dos idealizadores do movimento em prol da emancipação de Cachoeirinha<sup>9</sup>, sendo eleito, em 1968, prefeito municipal do recém emancipado município com 86% da votação. Teve seu mandato cassado e foi destituído do cargo no ano de 1969. Sua fala é de extremo valor para a pesquisa, revelando aspectos de Gravataí e da sociedade gravataiense nos anos que antecedem o golpe civil-militar, fazendo também importantes considerações acerca da cidade no período posterior à ascensão dos militares ao poder.

De acordo com a entrevista, no que concerne ao cenário político, é possível perceber uma polarização político/partidária entre os partidos mais conservadores da cidade perante a movimentação do Partido Trabalhista gravataiense no período anterior à queda de Jango em nível nacional. Segundo o Sr. Rui Teixeira, enquanto que PSD e UDN comandavam o interior e parte do eleitorado do centro da cidade, o PTB visivelmente era mais urbano, muito ligado ao operariado que, gradativamente, se formava em Gravataí e nos bairros periféricos ao centro da cidade. É justamente nas eleições municipais de 1963 que o PTB, pela primeira vez, ocupará a prefeitura com a vitória nas urnas de Dorival de Oliveira sobre o então prefeito José Linck (PSD). Rui Teixeira frisa bastante em sua entrevista o fato de que foi em 1964 que a cidade teve seu primeiro governo verdadeiramente popular e que o PTB conseguia então quebrar uma hegemonia no poder que sempre fora da elite gravataiense. Neste sentido, Rosa (1987) reforça a idéia de um processo de polarização partidária no município citado pelo entrevistado quando se refere às eleições de 1963 e o período pré-golpe.

Sua eleição [**a de Dorival de Oliveira**] constitui-se numa vitória das vilas em relação à sede e às zonas rurais, justificando-se sua administração voltada à solução dos problemas sociais, principalmente àqueles alojados no seio da população suburbana de Gravataí. (ROSA, 1987, pag. 107, grifos meus)

<sup>8</sup> Entrevista realizada por Rafael Linck Moehlecke em Cachoeirinha, no dia dezoito de novembro de 2009.

<sup>9</sup> Tal processo efetiva à região o caráter de município do Estado do Rio Grande do Sul.

Se a nível nacional se percebe, neste período, o crescimento dos movimentos populares, em Gravataí, na década de 60, é visível a ascensão regional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Eltz (2005) aponta que, segundo dados oficiais da Câmara Municipal de Vereadores de Gravataí, já em 1960 o PTB é o partido com mais vereadores eleitos na câmara de vereadores com aproximadamente 45% das cadeiras, mantendo este percentual na eleição de 1963, evidenciando a força que o partido vinha adquirindo na cidade neste período baseado em lideranças como Dorival de Oliveira, Artêmio Camargo e o próprio Rui Teixeira<sup>10</sup>.

Focando o período conturbado às vésperas do golpe e da queda de Jango, o entrevistado reitera que o perfil da grande maioria da sociedade gravataiense, tradicional e conservadora, era literalmente de caráter anticomunista. Ele cita um grande comício que foi realizado em Dezembro de 1963 de apoio ao golpe militar. Realizado em frente à Igreja Matriz, reuniu as grandes lideranças políticas da cidade, dos mais diversos partidos e contou com grande presença da população. Segundo o Sr. Rui Teixeira, a posição do PTB na cidade naquele momento era sim de apoio ao golpe, pois era visível o “caos” instalado no país naquelas circunstâncias e era necessário uma contra revolução para preservar a nação. A crença era, segundo as próprias palavras do entrevistado, que os militares entrariam no governo, colocariam as coisas nos seus devidos lugares e devolveriam o poder aos civis, o que sabemos não aconteceu.

Em 1964, o próprio governo de Dorival de Oliveira na prefeitura esteve ameaçado, pressionado pelo fato de ser uma administração trabalhista e popular,

No dia 31 de março, um golpe militar depôs o presidente João Goulart e foi implantada uma ditadura no país, com extinção dos partidos políticos e cassação de mandatos de muitos prefeitos, deputados e senadores. Em Gravataí, muita pressão foi feita por adversários políticos, defensores da

---

<sup>10</sup> Neste sentido, apesar do crescimento do partido, processo muito ligado à adesão das camadas mais populares aos políticos trabalhistas, Rui Teixeira afirma que eles (do PTB) ainda sofriam certa resistência perante a tradicional elite local gravataiense. Na entrevista ele revela que se tinha até uma denominação que, em sua opinião, soava pejorativa e que era atribuída àqueles que não eram naturais de Gravataí: os “teatinos”. Muitos indivíduos que engrossavam as fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro em Gravataí realmente não eram naturais da cidade, resultado da migração que ocorria no período e da própria industrialização incipiente que ocorria na região metropolitana de Porto Alegre, atraindo operários das mais diversas localidades para fixar residência em Gravataí e que aqui passavam a fazer política. Partindo desta mesma perspectiva, a entrevista realizada por Rafael Linck Moehlecke e Joice da Luz Lopes com a professora Rosemary Kroeff da Silva em 13 de Janeiro de 2010, também revela mais traços em relação a este processo. Nas palavras da professora: “Gravataí era uma cidade bem conservadora, quando meu pai chegou aqui ele era considerado, era chamado de ‘teatino’, quer dizer, não era das famílias quatrocentonas de Gravataí, e a cidade tinha um pensamento muito de direita. Pessoas queridas, pessoas bem intencionadas, mas que diziam assim: “a gente devia de fechar a ponte pra não entrar ninguém de fora”. Era uma cidade que se auto bastava e, ao mesmo tempo, era uma cidade tipicamente do interior, apesar de ser tão próxima de Porto Alegre. [...] O pai era tido como ‘teatino’ porque era sindicalista, petebista e de fora da cidade. Aquelas pessoas eram meio marginalizadas, elas não faziam parte da história, quer dizer, eles trouxeram essa gente de esquerda, trouxe o Gensa que começou como uma escola do movimento de escolas comunitárias, filantrópicas, que antes era sociedade cultural. Tudo que havia de cultural, de enriquecedor era trazido por este pessoal de fora que não eram os donos da história em Gravataí. A história se fazia quase que na contra mão. Esse movimento de esquerda e de resistência não era bem vindo, nem bem visto e nem bem vindo.



ditadura, pela cassação do mandato de Dorival, o que não foi concretizado, pela sua postura e vida pública e até pelo apoio de alguns adversários. (ELTZ, 2004, pag. 20)

As eleições democráticas prometidas pela ditadura instalada no Brasil não ocorreram e, a partir de 68, o Sr. Rui Teixeira afirma ter passado a contestar o sistema político brasileiro. Ainda em 1968 teve seu mandato de prefeito de Cachoeirinha cassado pelos militares.

Outra importante contribuição para a construção deste artigo foi o depoimento do Sr. José Amaro Hilgert.<sup>11</sup> Um dos líderes do movimento estudantil gravataiense no final da década de 70 e início da década de 80. Estudante e, posteriormente, metalúrgico, foi um dos fundadores da UMEG (União do Movimento Estudantil Gravataiense), participando, ainda, da fundação do PDT em Gravataí.

A articulação do movimento estudantil gravataiense começa ainda em 1980, em torno de demandas como a luta por uma escola pública que oferecesse o segundo grau no centro da cidade e pela organização dos grêmios estudantis dentro das escolas. O obstáculo inicial foi, justamente, a formação destas agremiações como espaço de debate e organização dos estudantes em torno de idéias e anseios comuns<sup>12</sup>. O entrevistado aponta a dificuldade encontrada na instituição destes grêmios em algumas escolas, especialmente as particulares, onde o estatuto interno dificultava muito o processo de construção destes espaços e a resistência interna por parte da direção e dos pais era muito presente<sup>13</sup>. A alternativa, nestes casos de proibição interna, foi a consolidação dos chamados *Grêmios Livres*, agremiações que os estudantes constituíam fora do espaço formal da escola, fazendo eleição, ata, elegendo delegados e fazendo valer seu espaço nas assembleias que a UMEG organizava em torno das demandas estudantis, mesmo sem ter a permissão oficial da escola. A primeira assembleia da UMEG ocorreu na sociedade orquidófila<sup>14</sup> (SOGRA), lotando o espaço e comprovando a ebulição que o movimento estudantil articulava na cidade nos anos de 1980.

---

<sup>11</sup> Entrevista realizada por Frederico Duarte Bartz e Rafael Linck Moehlecke em Gravataí, no dia 19 de Novembro de 2009.

<sup>12</sup> Segundo o Sr. Amaro, existia um forte preconceito perante a movimentação dos estudantes em torno da idéia de grêmios estudantis. Na entrevista ele revela que grêmio representava para a cidade “ajuntamento”, agitação e, acima de tudo, greve. A UMEG apoiou e participou ativamente de praticamente todas as greves do magistério. Neste sentido, a entrevista realizada por Rafael Linck Moehlecke e Joice da Luz Lopes com a professora Rosemary Kroeff da Silva também aponta para a forte presença dos estudantes e dos grêmios estudantis das escolas nas movimentações do CPERS e dos professores nas greves estaduais.

<sup>13</sup> O entrevistado reitera que existia não uma repressão perante os grêmios, mas uma alta dose de autoritarismo e resistência por parte da direção das escolas à construção destes espaços dentro dos estabelecimentos. Em entrevista concedida a Rafael Linck Moehlecke em 03 de março de 2010, a professora Tânia Ferreira reforça esta realidade. Nas palavras da professora: “*Tratando da UMEG, eles começaram no Tuiuti, eles faziam reuniões na minha casa e na casa do Omar e realmente sofreram muita represália, muita dificuldade. Muitos professores vjam de forma muito reacionária a organização dos estudantes com sua forma própria e irreverente de ser*”.

<sup>14</sup> Nas palavras do Sr. José Amaro: “*Fizemos um congresso, o primeiro congresso da UMEG em Gravataí, que lotou a sociedade orquidófila e quem nos ajudou muito naquela época foi um tenente, vivo ainda hoje, tenente Ari Bandeira do Amaral, da Brigada Militar, reformado. Era da diretoria da entidade [...] um militar, embora coincidentemente filiado ao PTB, brizolista e que era da executiva do partido.*”

A entrevista revela, ainda, a existência na cidade de um considerável contingente de professores com um posicionamento político ideológico alinhado à esquerda no final dos anos de 1970 e início de 1980. Amaro ressalta que estes educadores foram de suma importância para a construção de um movimento organizado dos estudantes que pudesse tensionar por demandas próprias, mas também por demandas que evidenciavam uma preocupação que ia além das perspectivas estudantis<sup>15</sup>. Professores estes que começam a se organizar com suas reivindicações trabalhistas e se articular não só com o movimento estudantil, mas também com sindicalistas e operários nas fábricas, fortalecendo uma discussão crítica na sociedade gravataiense acerca daquilo que ocorria na cidade e no país no que tange ao cenário político brasileiro no período.

Neste sentido, buscando analisar esta mobilização dos professores na cidade, pessoas-fonte também de extrema contribuição para a pesquisa foram as professoras Rosemary Kroeff da Silva<sup>16</sup>, muito conhecida na cidade como professora Rosinha e a professora Tânia Ferreira<sup>17</sup>, que hoje também é vereadora em Gravataí. Militantes de esquerda sempre atuantes na história recente da cidade, participaram de movimentos que transformaram o município em diversos aspectos, destacando o envolvimento de ambas na luta pela fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) de Gravataí, na fundação do Sindicato dos Professores Municipais e na fundação do então núcleo do CPERS na cidade.

A entrevista da professora Rosinha revela aspectos que contribuem muito para esta discussão inicial que o presente artigo busca articular acerca da realidade gravataiense durante o período da ditadura militar no Brasil. Questionada sobre o comunismo em Gravataí, por exemplo, a professora afirma que o grande guru para a juventude mais ligada ao socialismo na época era o Dr. Luis Bastos do Prado, comunista, um dos poucos da cidade e que juntamente da esposa, Maria Dinorah, defendiam idéias atípicas ao caráter conservador da cidade no início dos anos de 1960<sup>18</sup>. Segundo a entrevista, a professora destaca a forte tensão que existia no período pré golpe na cidade e que havia, inclusive, pessoas sendo treinadas para o caso de uma revolução que viesse a ocorrer a nível nacional<sup>19</sup>. Segundo afirmou na entrevista, Rosemary reitera que o período pós golpe, a

---

<sup>15</sup> O Sr. Amaro afirma: *“Porque os professores já existiam, o CPERS já existia, o núcleo do CPERS já existia, mas não existia ainda um movimento estudantil organizado. Bom, a partir dali sim né, a partir dali eu acho que tomamos, assim, uma grande consciência e fomos pra porta de fábrica, a maioria dos estudantes, nós éramos estudantes e operários ao mesmo tempo né, aí sim nós conseguimos fazer esta ligação do estudante e do operário, a unidade do estudante e do operário pela transformação.”*

<sup>16</sup> Entrevista realizada por Joice da Luz Lopes e Rafael Linck Moehlecke em Gravataí, no dia 13 de Janeiro de 2010.

<sup>17</sup> Entrevista realizada por Rafael Linck Moehlecke em Gravataí, no dia 03 de Março de 2010.

<sup>18</sup> Em sua entrevista, a professora também reforça depoimentos que já foram citados aqui neste artigo afirmando o caráter tradicional e conservador da sociedade gravataiense no período e que a mesma apresentava um forte posicionamento anticomunista.

<sup>19</sup> Em relação a este treinamento, a professora afirma que isto se deu muito da ingenuidade daqueles que participavam deste movimento supostamente de esquerda na Gravataí do início de 1960. Segundo ela, não se tinha uma verdadeira noção do que poderia realmente acontecer. Ela lembra também que a maior preocupação

partir de 1964, é também marcado em Gravataí pelo medo e desconfiança que assolava o país inteiro e que, freqüentemente, se tinha o temor de supostos informantes pelas ruas da cidade, nos clubes e até mesmo nas escolas<sup>20</sup>.

Entretanto, a atuação política da professora Rosemary Kroeff da Silva se relaciona profundamente com sua ligação com a Educação e o seu papel como professora de História, onde passa a se envolver e discutir a realidade brasileira e dos professores enquanto trabalhadores. Os professores gravataienses se articulam e criam o 22º núcleo do CPERS, neste momento começam mobilizações buscando unir tais profissionais em torno de interesses comuns. Uma série de greves do magistério passa a ocorrer a partir de 1979 na cidade, mobilizando educadores e trazendo para o debate também o movimento estudantil como já afirmado anteriormente neste artigo<sup>21</sup>. Uma luta que, gradativamente, começa a trazer os trabalhadores da educação em Gravataí para demandas e discussões que não eram comuns à cidade e articular este grupo com sindicatos e movimentos sociais distintos que juntos passariam a organizar mobilizações, greves e passeatas, contestando a realidade que se inseriam e o “status quo” da sociedade brasileira, enfrentando, obviamente, muita represália e hostilidade<sup>22</sup>.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, a entrevista da professora Tânia Ferreira contribui consideravelmente para a análise deste processo de mobilização dos professores no final da década de 1970 e início dos anos de 1980. Assim como a professora Rosinha, sua trajetória política está profundamente ligada ao magistério e à fundação do 22º núcleo do CPERS na cidade, marco inicial, juntamente com a greve de 79, do processo de

---

que se tinha era com a estocagem de alimentos e o fato de que a cidade poderia ficar isolada. Nas palavras da professora: *“E a esquerda, havia uma expectativa de que em 61 fosse haver o golpe e Gravataí já estava se organizando para enfrentar isto. E a gente estava tendo treinamentos no posto de saúde em que minha mãe trabalhava e na estância de São Pedro era pra onde se projetava recolher as crianças. Então tinham grupos que eram treinados para enfermagem, outros grupos eram treinados para... Eu fiquei para cuidar de crianças porque eu já estava me formando professora”*.

<sup>20</sup> A professora cita um fato peculiar e que representa de maneira clara tal processo. Assim relata a professora na entrevista: *“Eu lecionava na Cachoeirinha, no Presidente Kennedy e o secretário da escola, o Davi, eu não lembro do sobrenome dele, mas ele depois trabalhou no Gensa, veio um jipe do exercito e levaram o Davi. E a gente tinha tanto medo que nem entre nós mesmos [professores] comentamos. Davi ficou afastado assim um mês e quando o Davi retornou era outra pessoa. Era uma coisa assim que tu via que ele tinha sofrido algum tipo de coisa séria e era esse o clima. Se tinha medo. A rigor era um pânico.”*

<sup>21</sup> Nas palavras da professora Rosemary: *“Mas foi a época, mais tarde, que o movimento dos professores começou a se organizar em Gravataí. Se criou o 22º núcleo, com a Tânia Ferreira, o José Clóvis, o Professor José Clóvis... Muita gente que eu conheci aqui, que eu lecionava em Gravataí e Cachoeirinha e a gente começou... A Lia Ciarelli... Eram pessoas que estavam nesta formação do Núcleo. Começaram o período das greves, a primeira foi a de 79 me parece, esta ainda era uma coisa com muita imaturidade [...] foi o primeiro passo e aí o movimento foi crescendo e começaram os períodos das greves, passeatas, passeata dos 40 mil, aquelas greves, houve uma greve que durou 97 dias, acampamento na praça, o PT já se formando também.”*

<sup>22</sup> Na entrevista, Prof. Rosinha afirma: *“Não foi uma coisa muito heróica, mas foi uma coisa que a gente teve que agüentar ser ridicularizado muitas vezes, hostilizado e ridicularizado. Falavam: ‘como tu que tá aí? Que coisa idiota’ quase perguntado assim: ‘não tem outra abstração? Vai cuidar do teu filho’ Esta era a idéia que o Gravataí tinha a respeito dos movimentos sindicais [...] Uma vez, eu me lembro que a própria Dona Vilma Camargo me chamou e também o Delegado da CRE, da Delegacia de Ensino. ‘Olha, vocês não andem com o Zé Clóvis, por exemplo, que isto é gente que frequenta aparelho subversivo’. Quer dizer, era gente que comia criança. Era essa idéia que em geral se tinha de sindicato, que tinha de movimentos ideológicos.”*

organização dos professores gravataienses<sup>23</sup>. Ela ressalta a dificuldade em consolidar a construção do núcleo do CPERS<sup>24</sup> devido ao medo que se tinha de enfrentar o sistema e o apoio dado pelo movimento estudantil<sup>25</sup>, pelos outros sindicatos que já estavam organizados e por alguns vereadores como José Mota e Juarez Vargas na consolidação do movimento organizado dos professores da rede estadual em Gravataí.

Importante destacar ainda que a professora Tânia reitera a influência que os acontecimentos a nível nacional exerciam sobre os movimentos sociais gravataienses, destacando como este processo vai fomentar a compreensão de que era necessária uma união mais ampla de trabalhadores na cidade, processo que culmina mais tarde na própria formação do Partido dos Trabalhadores em Gravataí e na consolidação de diversos sindicatos na cidade. A luta que era nacional passa a ser também regional, defendendo bandeiras como o fim da repressão militar, pela greve geral e pelo 'fora FMI', lutas que interferiam diretamente na vida de Gravataí e na sociedade brasileira no período.

### Considerações Finais

Assim como mencionado no início deste artigo, perante a escassez de estudos e discussões acerca da realidade gravataiense durante o período da ditadura civil-militar, este trabalho teve como objetivo iniciar um debate sobre o tema, levantando questões pertinentes sobre a temática e fazendo uma ainda incipiente análise da influência que o processo político e econômico nacional exerceu em Gravataí naquela conjuntura. Conforme vimos, o golpe de 1964 e a realidade que se impôs logo em seguida no país exerceram profunda influência no cotidiano da cidade. O medo e a ameaça comunista instauraram-se e a sociedade gravataiense ficou visivelmente dividida entre aqueles que apoiavam o golpe e outros que o viam com ressalvas e eram contrários à maneira como a política ia sendo exercida no país e ao "status quo" da sociedade brasileira, sendo, estas pessoas, muitas

---

<sup>23</sup> A professora Tânia afirma que a primeira greve foi de adesão considerável para a cidade devido ao momento político que se vivia no país e que tal mobilização foi muito representativa para o movimento que se construía entre os professores, surgindo no processo diversas lideranças que ainda hoje exercem profunda influência no cenário político gravataiense e gaúcho.

<sup>24</sup> Nas palavras da professora Tânia Ferreira: "Os professores do CPERS eram mal recebidos nas escolas. No começo nós éramos mal recebidos. Alguns professores até fugiam de nós na escola ou então nos passavam um bilhetinho com um número de telefone ou então dizendo: 'depois eu vou lá, eu falo contigo, tem meu apoio, mas não posso falar'."

<sup>25</sup> Neste sentido, a professora Tânia afirma: "O Tuiuti era o colégio Julinho de Gravataí, porque era o que mais mobilizava e o que mais reunia os estudantes. Quando nos fazíamos as nossas mobilizações, eram eles que iam junto, eram com eles que nós contávamos e eles iam nas outras escolas buscar os alunos. Então, temos uma geração de estudantes naquela época que nos ajudou muito..."

vezes, ridicularizadas na cidade e alvo de reprimendas ou comentários reprovando suas atitudes mais à esquerda.

Esta pesquisa ainda confirmou que, assim como ocorreu a nível nacional, em Gravataí também houve manifestações, campanhas, movimentos, discussões e lutas políticas (sejam elas de apoio ou repúdio ao contexto sócio-político brasileiro) em torno não só do golpe em 64, como também por todo o período que se inicia com a tomada do poder pelos militares até meados de 1985, ano que marca, em nível nacional, o fim do período ditatorial, desmistificando a tese de uma Gravataí pacata e alicerçada na harmonia entre os gravataienses como muitos na cidade cismam em afirmar. É importante ressaltar esta ebulição social, esta “resistência”, principalmente a partir do final dos anos de 1970, e salientar como este processo vai exercer profunda influência no surgimento de movimentos de contestação ao “status quo” da sociedade brasileira, tendo como sujeitos centenas de pessoas como estas que serviram de fonte para esta pesquisa, fomentando a mobilização do movimento estudantil gravataiense, por exemplo, na década de 80 e a organização dos trabalhadores em sindicatos que começam a se consolidar na cidade a partir destas lutas por direitos econômicos e políticos.

## **Referências**

### ENTREVISTAS

TEIXEIRA, Rui. Concedida a Rafael Linck Moehlecke em 18 de Novembro de 2009. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Antônio Soares da Fonseca, Gravataí.

HILGERT, José Amaro. Concedida a Frederico Duarte Bartz e Rafael Linck Moehlecke em 19 de Novembro de 2009. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Antônio Soares da Fonseca, Gravataí.

SILVA, Rosemary Kroeff da. Concedida a Joice da Luz Lopes e Rafael Linck Moehlecke em 13 de Janeiro de 2010. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Antônio Soares da Fonseca, Gravataí.

FERREIRA, Tânia. Concedida a Rafael Linck Moehlecke em 03 de Março de 2010. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Antônio Soares da Fonseca, Gravataí.

### PERIÓDICOS

*Gravataiense*, O. Gravataí, Março de 1961 a agosto de 1966. Coleção disponível no Arquivo Histórico Mun. Antônio Soares da Fonseca, Gravataí.

### PUBLICAÇÕES

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). São Paulo: Edusc: 1º Edição, 2005.

- BANDEIRA, Moniz. O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARROS, Edgar Luiz de. Os Governos Militares. São Paulo: Contexto, 6º Ed, 1998.
- COMBLIN, Joseph. A Ideologia de Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2º Ed, 1978 .
- DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. São Paulo: Vozes.
- ELTZ, Pedro. A vida política de Dorival de Oliveira. Porto Alegre: Evangraf, 2004.
- \_\_\_\_\_. Memória do Legislativo Gravataiense, 125 anos (1880-2005). Gravataí: Eltz Comunicação e Marketing, 2005.
- FICO, Carlos. Como Eles Agiam: Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record. 2001.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. FONTES, Virginia Maria. História do Brasil Recente 1964 – 1980. São Paulo: Atica, 1988.
- MOMBACH, Isabel C. Camboim (Org.). Memória de Cachoeirinha. Porto Alegre: Sagra, 1991.
- PETERSEN, Áurea Tomatis. In: BIZ, Osvaldo (Org.). Sessenta e quatro: Para não esquecer. Porto Alegre: Literalis, 2004
- REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). O Golpe e a Ditadura Militar – 40 Anos Depois (1964 – 2004). São Paulo: Edusc, 2004.
- RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: UNESP, 1993.
- ROSA, Jorge. História de Gravataí. Porto Alegre: Edigal, 1987.